



Anais da Assembléia

Nº 105

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 82.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1988
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Furiatti e Nereu Carlos Massignan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Amibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Messadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermes Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Milton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PMDB, vem pelo presente indicar os Deputados abaixo relacionados para comporem a C.P.I. da Educação sobre o

projeto PIC - Polo de Integração da Criança:

EFETIVOS

Paulo Furiatti
Raul Lopes

SUPLENTE

Nereu Carlos Massignan
Tadeu Lúcio Machado

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder do PMDB

Requerimentos:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos seguintes projetos:

Projeto de Lei n. 105/86 - De autoria do Deputado Nestor Baptista, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Deputado José Richa.

Projeto de Lei n. 81/88 - De autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública a União dos Deficientes Físicos de Cambé - UNIDEF, com sede e foro na Cidade de Cambé.

Projeto de Lei n. 82/88 - De autoria do Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Loteamento Vila Gaúcha, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Projeto de Lei n. 120/88 - De autoria do Deputado Paulo César Furiatti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Dom Bosco, com sede nesta Capital.

Projeto de Lei n. 127/88 - De autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que objetiva alterar a redação do art. 1º da Lei n. 8.473, de 04/05/87, que dispõe sobre a isenção de taxa de segurança.

Projeto de Lei n. 172/88 - De autoria do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira que doa ao Município de Francisco Beltrão o lote urbano sob o nº 02, da quadra n. 181, situado naquela municipalidade.

Projeto de Lei n. 72/88 - (Mensagem n. 86/88) Aprova convênio celebrado em 26.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e o Município de Prudentópolis, com a participação do DECOM, objetivando a construção de prédio a ser destinado a abrigar a agência de rendas do Município acima mencionado.

Projeto de Resolução n. 73/88 - (Mensagem n. 92/88) Aprova convênio celebrado em 08.06.88, entre o Estado do Paraná,

através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Capanema e da Lapa, objetivando promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do jovem do campo.

Projeto de Resolução n. 75/88 - (Mensagem n. 49/88) Referenda nos termos do artigo 5º da Lei n. 8.666, de 14.12.87, os orçamentos das fundações, empresas públicas, autarquias e órgãos de regime especial, para o exercício de 1988.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação, ao Projeto de Lei n. 262/88, oriundo do PODER EXECUTIVO.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a dispensa da discussão e votação da Redação Final de todos os projetos de lei aprovados em 3ª. Discussão da sessão de hoje, que não sofreram emendas ao longo de sua tramitação, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Dispensa da Redação Final do Projeto de Lei n. 262/88, o qual consta da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirada da Ordem do Dia, o Projeto n. 165/88, de sua autoria, que denomina "Rodovia do Alcool", o trecho da Estrada PR-457, compreendido entre os Municípios de São Pedro do Ivaí e Itambé.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do jovem RAFAEL KOUTEN.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

RAFAEL KOUTEN, enriqueceu a comunidade ucraniana, com seu exemplo de trabalho dedicado aos jovens e crianças. Participante ativo de Juventude Ucraniana do Brasil, diretor competente coreógrafo do Folclore Ucraniano Poltava. Entristecidos lamentamos a separação mas envaidecemos pela felicidade de sua rica convivência e rogamos a Deus a recompensa por tudo o que semeou em nosso convívio.

REQUERIMENTO N° 432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje voto de congratulações ao CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ, pela passagem do seu 76º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Coronel Miguel Arcanjo Capriotti, para que receba e transmita a todos os soldados do fogo do Paraná, o reconhecimento da população, através deste Deputado.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aquele que é chamado "Soldado do Fogo" está sempre pronto para ajudar, para colaborar, para salvar, a qualquer hora, seja para atender a um pequeno pedido até o socorro de maior gravidade.

Que nesta data dedicada com justiça ao nosso Bombeiro na passagem do 76º aniversário da Corporação, a comunidade paranaense reflita sobre a elevada importância e sua constante presença.

Quando nos referimos aos Bombeiros, podemos instintivamente associar esses bravos soldados ao incêndio, entretanto, isso não é tudo, devemos isso sim, lembrarmos-nos do carro de combate ao incêndio como a ambulância que cruza nossas ruas levando constantemente ajuda ao ser humano.

REQUERIMENTO N° 433

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações à RADIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA., da Cidade de Porto União- SC, pela passagem do seu

33º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao seu Diretor Presidente Senhor João Carlos Cõas, para que receba e transmita a todos os seus colaboradores, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Colméia de Porto União, inaugurada em 06 de outubro de 1955, permanece até hoje, como líder em audiência em toda a região do Vale do Iguaçu.

Respalhada por uma extraordinária credibilidade junto à opinião pública das gêmeas do Iguaçu e municípios vizinhos, a Rádio Colméia merece e deve receber este registro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela maneira como conduz imparcialmente a comunicação com a grande audiência conquistada ao longo dos anos junto a população, e, prestando relevantes serviços à comunidade de um modo geral.

REQUERIMENTO N° 434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos a toda comunidade ucraniana radicada no Estado do Paraná, pela passagem do milênio do Batismo da Ucrânia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Bispo Dom Efraim Basílio Krevey, para que receba e transmita a toda a comunidade ucraniana o respeito e a admiração da Assembléia Paranaense.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A conversão da Ucrânia ao Cristianismo, ocorrido há mil anos passados, é um dos acontecimentos mais expressivos da igreja porque através desse fato a nação marchou para sua consolidação política e social. A conversão aconteceu com o batismo do príncipe Valdimiro às margens do Rio Dnieper no ano de 988.

Este episódio é muito relevante para os paranaenses porque nosso Estado recebeu imigrantes ucranianos que aqui demonstraram o alto valor de trabalho e principalmente da fé que o Evangelho de Jesus inspira em todos os corações. O povo ucraniano foi tantas vezes dominado e escravizado, mas sempre lutou e jamais perdeu sua identidade cultural e sua fé, preservando valores que se transmitem às gerações. A tenacidade do caráter, a vontade de vencer, o amor à família. São incontáveis os exemplos transmitidos pelos nossos irmãos

da Ucrânia aos paranaenses, terra que muitos deles adotaram como a pátria do coração, aqui constituíram família, criaram os filhos e prestaram inestimável contribuição ao nosso desenvolvimento e, muito especialmente ao fortalecimento da nossa fé e dos valores culturais, religiosos e morais.

Em nome do povo que aqui representamos, desejamos nos congratular com a passagem do milênio do batismo da Ucrânia, estendendo este regozijo ao seu Bispo Dom Efraim Basílio Krevey, atual Eparca, com todo o seu clero e a comunidade Ucraniana em geral.

REQUERIMENTO N° 435

Senhor Presidente.

Os Deputados que a este subscrevem, REQUEREM à Casa, aprovação de um voto de congulações ao Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, Presidente da TV Paranaense-Canal 12, pelo título de "Melhor Empresa", em comunicações, outorgado pela Editora Abril, Melhores e Maiores, como empresa de melhor desempenho global no setor de comunicação social no Brasil no último ano.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI.

EZEQUIAS LOSSO

WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados subscritos deste voto estiveram em São Paulo, no dia 29 de setembro último, para presenciar a entrega do honroso título de "MELHOR EMPRESA", em comunicações à TV Paranaense-Canal 12, e puderam observar a importância do destaque concedido à nossa empresa de televisão e ao seu respeitado Diretor Presidente, Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho. O ato foi prestigiado pelo Ministro da Indústria e Comércio, Deputado Roberto Cardoso Alves e centenas de personalidades e lideranças brasileiras.

O documento distribuído, a edição especial da Revista Exame com sua tradicional seleção das Melhores e Maiores Empresas do Brasil, divulga os registros econômicos-financeiros que classificaram a TV Paranaense como a MELHOR EMPRESA no concorrido setor de comunicação disputando ao lado de pesos pesados como os grandes jornais, as grandes editoras de revistas e as grandes emissoras de TV e Rádio do País.

Traz ainda uma entrevista especial em que o Doutor Francisco Cunha Pereira Filho apresenta sua estratégia para o sucesso, lastreada no crescimento com segurança, na reaplicação dos ganhos, na permanente busca da modernização e da eficiência, na valorização humana dos profissionais colabo-

Razões e na constância para a superação das dificuldades conjunturais, como as que afetaram o mercado em 1987, em penosa recuperação após a euforia do período do Cruzado.

Outrossim, devemos assinalar que "a premiação como Melhor Empresa para o Canal 12 é motivo de orgulho para todos os paranaenses, pelo que representa a nível nacional, principalmente como modelo de visão administrativa. A gestão do Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho revela ao Brasil a capacidade do empresário paranaense e a visão empreendedora, mesmo em momentos incertos como os que vivemos", conforme declaramos à edição de domingo do Jornal "Gazeta do Povo".

Nesta dimensão, desejamos ainda acentuar que o conjunto das 500 maiores empresas privadas brasileiras teve um ganho líquido anual de apenas 6,5%, em exatos meio pontos acima da taxa de remuneração das cadernetas de poupança. Vale citar, que tais empresas dão emprego a mais de 300 mil brasileiros, movimentam metade de nosso produto Interno Bruto e ao final de um ano de riscos auferem apenas meio por cento de lucro acima de uma aplicação financeira popular, num forte contraste com tantos que apenas se refugiam na especulação financeira e no imediatismo sem contribuir para a Nação.

Prestigiamos, portanto, a referência feita por Esmeril Vieira, Presidente do Grupo Moirinho Santista, ao falar em nome das empresas premiadas.

"Conhecemos o exato sentido da expressão capital de risco. Criamos riqueza na produção e na produção reaplicamos, repassando seus benefícios para a sociedade na forma de empregos, produtos, serviços e tributos".

Releva mais essa contribuição do empresariado privado quando a mesma edição especial de "Melhores e Maiores" mostra que das vinte empresas por prejuízo, quinze são estatais, a significar que o empreendimento estatal - salvo alguns casos de atuação em setor pioneiro e antieconômico - funciona com baixa produtividade sistemática onerando a sociedade pela sua ineficiência sempre dependendo de verbas oficiais, origem do tristemente celebrado "déficit público" e da inflação brasileira.

REQUERIMENTO N° 441

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, REQUER à Casa que seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de congratulações ao Sr. Deputado Paulo Pimentel e jornalista Mussa José Assis, Diretor-Presidente e Diretor de Redação do jornal "O Estado do Paraná", pela publicação do suplemento especial

contendo o texto integral da Nova Constituição Brasileira.

A iniciativa é da maior relevância política por ter sido a única iniciativa a respeito formulada por um jornal diário paranaense. Ainda mais, a publicação ocorreu dia 25 de setembro, imediatamente após a aprovação da Redação Final da nova Carta, pela Assembleia Nacional Constituinte.

O jornal "O Estado do Paraná" havia também publicado anteriormente, a versão do segundo turno do novo Estatuto Fundamental, em primeiro lugar no País.

Tais iniciativas de "O Estado do Paraná", além de representarem o domínio da técnica jornalística avançada, ainda significam uma louvável contribuição da imprensa para a democratização do Brasil. Com efeito, uma Constituição - lei fundamental de uma sociedade politicamente organizada - precisa ser amplamente divulgada e conhecida, como pressuposto básico para ser respeitada e cumprida.

Requer ainda o subscritor, que deste voto seja dado conhecimento aos ilustres Srs. Paulo Pimentel e Mussa José Assis, com o penhor da nossa reconhecida gratidão pela contribuição que acabam de dar para o aperfeiçoamento de nossos padrões políticos.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, pela outorga do prêmio ao Canal 12 como melhor empresa de comunicação em 1988, homenagem prestada pela Editora Abril, na revista "Exame".

Outrossim, pede-se seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações alusivos aos nove anos de fundação e edição da revista "Quem", em data de 30 de setembro do corrente ano, enviados ao Sr. Carlos Jung e à equipe da Diretriz Editorial.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 463

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subcreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas

pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Siqueira Campos, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 464

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Salto do Itararé, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 465

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Sapopema, ocorrido em 22.09.88, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 467

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao CORITIBA FUTEBOL CLUBE pela passagem do seu 79° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor BAYARD OSNA, Presidente do Coritiba FC, para que receba e transmita a todos os companheiros de Diretoria e Associados, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O dia 12 de Outubro marcará a passagem do 79° aniversário do CORITIBA FUTEBOL CLUBE, uma das maiores glórias do esporte paranaense, e o principal clube futebolístico do Estado em termos de títulos e conquistas nacionais.

A grandeza do Coritiba FC, credita-se a ilustres e dedicados "coras", que passaram pelos cargos diretivos; deve-se a desprendidos atletas que deram de tudo pelo Clube, principalmente nas épocas em que jogador de futebol ainda não era de todo profissionalizado, defendia o clube por amor, sujeito não raro a grandes sacrifícios; deve-se também aos jogadores das fases mais recentes que vivendo o evento do profissionalismo se empenham em grandes batalhas esportivas, porque apenas competir já não é suficiente.

Doze de outubro, uma data para recordações dos momentos inesquecíveis vividos pelo grande clube do Alto da Glória, onde homens desinteressados, despidos de vaidade e movidos apenas pelo amor ao clube, trabalham sem medir esforços, com sacrifícios e renúncias pessoais.

Consagrado nacionalmente e cada vez mais valorizado internacionalmente, o Coritiba completa 79 anos de existência, servindo sempre como elemento divulgador e promotor da nossa Capital e do nosso Estado, por isso tudo, é credor de nossa melhor homenagem.

REQUERIMENTO N° 468

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa o acolhimento nesta sessão de manifestação de congratulações aos Drs. ANTONIO GOMES DA SILVA e JOSÉ ANTONIO VIDAL COELHO, eminentes magistrados que acabam de tomar posse como Juizes do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

O Dr. José Antonio Vidal Coelho, nascido em Curitiba, começou sua carreira no

Judiciário quando foi aprovado em Concurso em 1967, assumindo inicialmente as funções de Juiz Substituto da 9ª Seção Judiciária com sede em Apucarana e, depois de cumprir designações em diversas comarcas, chegou à 3ª Vara da Fazenda Pública na Comarca de Curitiba.

O Dr. Antonio Gomes da Silva, natural de Cururu, Pernambuco, diplomou-se pela tradicional Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, ingressando na magistratura como Juiz Substituto na Comarca de Campo Largo, donde ascendeu até a 4ª Vara da Fazenda Pública em Curitiba, além de ser professor de Direito Civil na Escola de Magistratura do Estado.

Ambos os eminentes Juizes, que agora passam a integrar a Corte da Alçada de segunda instância, honraram, com suas carreiras a nobilíssima profissão que abraçaram, garantidora maior das liberdades que hoje retornam com a Constituição democrática. A ambos peço seja comunicada esta iniciativa, após acolhida pelo Egrégio Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 471

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de júbilo e congratulação à etnia ucraniana do Paraná, pelos festejos do milênio da oficialização do cristianismo na Ucrânia oficializado no ano de 988, pelo então Príncipe de Kiev, Valdomiro o Grande.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

A etnia ucraniana, parcela significativa no contexto paranaense, participa ativamente em todos os setores - sócio, econômico e cultural - da vida do Estado. Neste ano comemora festivamente o milênio da oficialização do cristianismo da Ucrânia pelo Valdomiro "O Grande", Príncipe de Kiev. Com a vinda dos imigrantes ucranianos para o Brasil, veio também a cultura, as tradições e os costumes que enriqueceram o Paraná, terra de toda gente.

Os primeiros imigrantes ucranianos, engajaram-se no trabalho e convívio fraterno no desenvolvimento do nosso Estado.

A etnia ucraniana mantém-se organizada no sentido da preservação do seu idioma materno, seus costumes, suas tradições e principalmente a fé dos seus antepassados.

REQUERIMENTO N° 440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada pa-

ra 18 de Outubro de 1988 às 17 horas no gabinete da Presidência deste Poder, o Ato Solene de outorga do Título de Cidadania Benemerita do Paraná "Post Mortem" ao Excelentíssimo Senhor Odilon Mader.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO N° 478

Senhor Presidente.

A partir de hoje milhares de pessoas estão ameaçadas de punição neste País pelo fato de estarem trabalhando.

Muitos deles estão trabalhando desde crianças na sua profissão e vivem, na maioria das vezes, em condições precárias, lutando para poder sustentar as suas famílias.

É mais um absurdo do Governo comandado pelo Presidente José Sarney.

A partir do dia 1º deste mês os pescadores estão proibidos de trabalhar.

Uma decisão que envolve todos os pescadores deste País, de um extremo ao outro, desde o pescador de lambari do Rio Barigüi até o de peixe boi do Amazonas.

José Sarney sancionou com os olhos fechados, e isto não é surpresa, a Lei n° 7.653, do Senador José Frageli que teve o sonho dourado de se investir na condição de salvador do meio ambiente brasileiro. E numa canetada só tentou salvar todos os peixes do País, sob a alegação de que é um período de piracema, tempo em que determinadas espécies de peixes sobem os rios para desova.

A medida seria salutar se o Governo adotasse medidas sérias para evitar a pesca predatória. Se o Governo evitasse que barcos pesqueiros adentrassem com arrastões, nas baías paranaenses, e destruíssem toneladas de pequenos peixes e crustáceos que não chegam a ser industrializados. O Governo tomaria medidas sérias se evitasse o comprometimento das águas dos rios e do nosso litoral com produtos agrotóxicos e industriais, inclusive com mercúrio, causando danos não só para os peixes mas para a população brasileira.

Ora Senhores Deputados, qualquer pessoa que tenha conhecimento rudimentar sobre os peixes sabe perfeitamente que poucos deles se reproduzem através do regime de piracema. É o caso do dourado, no Rio Paraná e que agora está ameaçado pelo represamento com a barragem de Itaipu. A proibição da pesca não vai influir em nada na sobrevivência da espécie naquele trecho do rio. O Governo Federal não deve estar sabendo disso. Como também não sabe que os peixes em reservatórios das hidrelétricas ou dos açudes não se enquadram nesse caso.

O Governo, caso tivesse seriedade, poderia determinar locais predeterminados para valer a proibição, como existe nos

países desenvolvidos.

Caso o Governo tivesse intenção em proteger a nossa ictiofauna instalaria centros de piscicultura para o repovoamento das nossas baías com camarão.

O Governo brasileiro, com a potencialidade dos recursos hídricos que temos, poderia tornar o País o grande exportador de pescados, investindo pequenos recursos ao se comparar com o que gasta em projetos que trazem poucos resultados.

No entanto, o governo, através da assinatura de um ato deixa um milhão de famílias de pescadores deste País sem condições de sobrevivência. Todos sabemos que a maior parte dos pescadores deste País são artesanais e sobrevivem com o que ganham dia a dia.

Como é que eles poderão sobreviver durante quatro meses sem trabalhar. Ou então, o Governo pensa que eles, num passe de mágica, mudarão de emprego e se readaptarão do dia para a noite para outra profissão. Justamente aí está a questão fundamental da nova república: as leis são irreais e o problema social "TUDO PELO SOCIAL" é visto com desprezo, ou então como justificar o ato insano do governo que vai criar tanto drama neste País.

Senhores Deputados: O lógico seria um estudo detalhado, regionalizado, e com bom senso. Recordo quando há alguns anos o Governo do Paraná procurava alternativas para melhorar a condição de vida dos nossos pescadores e aumentar a produção na baía de Paranaguá. Primeiro se fez um cadastramento do número, de quanto ganhavam, e onde moravam os pescadores daquela região.

Depois elaborou um programa para pagar, a todos os pescadores, uma indenização durante o período da proibição da pesca, a fim de que eles pudessem sobreviver com suas famílias.

O programa não foi colocado em prática talvez por decisão política.

Como também, em outro período, se procurou solução alternativa com a implantação de estação de carcinicultura, ou seja post-larvas de camarão para repovoar a baía de Paranaguá e conseqüentemente, com isso, se aumentaria a quantidade de peixes e principalmente a produção de nossos pescadores. Tal medida não foi adotada mas merece ser reativada e se fazer uma nova avaliação. Mas serve de exemplo de que as coisas precisam ser feitas com seriedade e primeiro se colocar como prioridade o bem estar do homem. É desumano o Governo promover o desemprego em massa, sem qualquer alternativa de sobrevivência, e ao contrário ameaçar com punições.

Os pescadores que tem filhos, os pais de família, os responsáveis que sempre cumpriram com os seus compromissos, os que compraram seus barcos e precisam pagar a

prestação, ou o homem honrado que tem a conta no armazém para pagar, para poder continuar comprando alimentos para os seus filhos, certamente não vai cumprir com este ato inominável do Senhor José Sarney.

Quem descumprir com tal ato não estará apelando para a desobediência civil pois o Governo é que está descumprindo a sua missão de seguir a vontade do povo. E o povo já está humilde demais e humilhado ao extremo, querendo apenas ter como sobreviver. E o Governo nega até isto para um milhão de brasileiros que vivem da pesca e milhares deles são aqui do Paraná, nas barrancas do Rio Paraná, de Itaipu, aqui perto em Matinhos, em Antonina, Paranaguá ou Guaraqueçaba.

Senhor Presidente: Requeiro que cópia deste pronunciamento seja enviada para o Presidente da República e para o Presidente do Senado, em nome deste Poder Legislativo, que recupera depois de muitos anos as suas prerrogativas de poder falar, mais alto, em nome do povo.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao I.B.C. - Instituto Brasileiro do Café, solicitando seja revisto o sistema de classificação do café, adotada pelas regionais de Londrina e Maringá, que de maneira tal agrava em muito o quadro cafeeiro do norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O setor produtivo de café nacional vem atravessando, nestes últimos dois anos, situações das mais desagradáveis, entre elas as dificuldades financeiras de lavradores, cooperativas e maquinistas.

A falta de mercado e baixa remuneração para o produto, a pequena produção da safra 87/88, e uma seca violenta que vem assolando o parque cafeeiro, e que deverá provocar uma queda na renda do lavrador. E para agravar ainda mais este quadro, o setor de café do norte do Paraná, foi surpreendido pelo rigor da classificação, adotado pelas regionais do Instituto Brasileiro do Café, I.B.C., de Maringá e Londrina, imputando para cafés entregues, a bebida de "rio zona", e é de conhecimento de toda a estrutura cafeeira que, tradicionalmente, o café paranaense não é enquadrado nesse padrão de bebida.

Diante disso, criou-se na região cafeeira uma expectativa negativa, fazendo com que cooperativas e maquinistas parassem

nas compras da lavoura, temerosos que após a entrega desses cafés ao IBC, a autarquia classifique a bebida com "rio zona" criando, dessa forma injusta e errônea, um deságio desnecessário para o café paranaense, pois, historicamente, nunca se deu padrão de bebida, em compras da autarquia em anos anteriores, nesta região.

Esta é uma grita justa contando com nosso apoio da ACIM-Associação Comercial e Industrial de Maringá.

REQUERIMENTO N° 458

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, L.B.A., solicitando gêneros alimentícios e auxílios financeiro para a A.P.M.I de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Campo Mourão é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de gestantes e crianças recém-nascidas. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, a entidade devidamente credenciada necessita de auxílio financeiro e gêneros alimentícios.

REQUERIMENTO N° 459

Senhor Presidente.

A Deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando auxílio financeiro e gêneros alimentícios para a A.P.A.E. localizada na Vila Guaíra de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A A.P.A.E. de Campo Mourão, localizada na Vila Guaíra, necessita de auxílio financeiro e gêneros alimentícios para preservar em seu trabalho de atendimento à população carente da referida vila. Tratando-se de entidade assistencial, enquadra-se pelo padrão de atendimento, entre as melhores da nossa Região.

REQUERIMENTO N° 460

Senhor Presidente.

A Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor

Curitiba, quarta, em 05.10.88

Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Casa da Sopa (CEMIC) de Goioerê.

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Casa da Sopa de Goioerê é uma entidade assistencial que atende centenas de pessoas carentes daquela Cidade e Região. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro para perseverar no trabalho de atendimento àquela população.

REQUERIMENTO N° 461

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Alan Kardec de Peabiru.

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Creche Alan Kardec é uma entidade assistencial que atende a população daquela Cidade. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 472

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Corpo de Bombeiros, pelo transcurso do 76° aniversário.

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

Tradicional e altamente eficiente, digno dos mais altos e efusivos cumprimentos, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná tem se destacado, ano a ano, no cenário nacional, pelos brilhantes serviços prestados à comunidade paranaense.

No combate ao fogo, nas calamidades públicas, na Defesa Civil, nas buscas e salvamentos e nas operações praiais, está o Corpo de Bombeiros defendendo nossas vidas, nosso patrimônio, nossa produção agrícola, e a nossa paz.

Parabenizar pois, aquela organização é obrigação deste Legislativo e satisfação do requerente.

REQUERIMENTO N° 475

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, de conformidade com suas atribuições regi-

mentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando o desenvolvimento de estudos para solucionar o problema causado à ciclovia Maringá-Sarandi, com o advento da construção do trevo do Contorno Sul.

Esta reivindicação, feita através do nobre Edil Antenor Sanches, encontra ressonância em todas as camadas das sociedades sarandienses e maringaenses, a qual também passamos a encampar.

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 436

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente à Presidência da TELEPAR na pessoa do Doutor Fernando Xavier Ferreira, solicitando a ampliação da Central Telefônica do Distrito de Entre Rios - Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 05.10.88

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Entre Rios é um dos mais populosos do Município de Marechal Cândido Rondon e sua economia uma das mais ativas. Baseando-se nisso o Vereador João Natalio Stein solicitou através de requerimento na Câmara Municipal aprovado por unanimidade, a ampliação da Central Telefônica, que por sua vez eliminará o congestionamento constante nas ligações urbanas e interurbanas.

A comunidade do referido Distrito espera com a maior brevidade possível a concretização desta proposta, por entender que tal medida irá melhorar consideravelmente o serviço telefônico.

REQUERIMENTO N° 437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Sr. ÁLVARO FERNANDES DIAS, Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná e ao Sr. HEINZ GEORG HEINIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica no trecho que liga os Distritos de Luz Marina - Município de Toledo à Santa Tereza - Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O trecho compreendido entre os Distritos citados é de aproximadamente 57 quilômetros, sua pavimentação está facilitada por ser dispensada a construção de pontes e bueiros, reduzindo desta forma o custo

da obra numa quantia considerável.

Ocorrendo pavimentação dessa estrada, beneficiará outras localidades como São Judas, São Pedro e São Marcos. A região é um expoente da produção agrícola, suinocultura e pecuária.

O atendimento deste asfalto, proporcionará a agilização no escoamento da produção que vai em direção a outros centros do Estado e do País.

Esta é uma aspiração antiga de seus moradores, bem como de suas lideranças representadas pelos Senhores Arlindo Baccin e Izaias Batista de Oliveira.

REQUERIMENTO N° 438

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor MÁRIO JORGE BERARD, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil, solicitando a instalação de um Posto Avançado do referido Banco, no Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A força econômica do Distrito de Novo Sarandi, sendo que o volume de negócios realizados naquela localidade é a maior prova da necessidade da instalação de mais uma instituição financeira. Embora participe ativamente do desenvolvimento do Município, através das atividades agropecuárias, de sua Cerâmica, cujos recursos em geral são carreados por outro banco, o Distrito de Novo Sarandi permanece dependente da Sede Municipal para os negócios com o Banco do Brasil. Os financiamentos por exemplo, além de outras diversas transações, dependem sempre de deslocamentos a Toledo.

É uma reivindicação justa da comunidade local que está representada pelo Vereador Pedro José Tártaro, autor do Requerimento apresentado na Câmara Municipal de Toledo e aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO N° 477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o encaminhamento de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HEINIG, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a inclusão do Município de Jandaia do Sul, no Plano de Asfaltamento de rodovias rurais, nos seguintes trechos: Jandaia do Sul à Estrada Velha que liga o Município de Marumbi, 5 km; Jandaia do Sul à Pedreira Municipal, 3 km; Jandaia do Sul à São Pedro do Guaporé,

5 km; Rodovia BR 369 ao Bairro Santo Antonio do Humaitá, 5 km; e Comunidade do Maracaná ao asfalto que liga o Município de Marumbi ao Distrito de São José, 2 km. Total de 20 km de asfalto.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica que pretendemos incluir no Plano de Governo além de facilitar sensivelmente o transporte de lixo, o acesso à captação de água para o abastecimento da Cidade e o acesso a Pedreira Municipal, também integrará as 3 maiores comunidades rurais do município, as quais diariamente dependem dos ônibus municipais para o transporte de professores do ensino primário que lecionam no interior do Município, bem como, trazem os alunos para os cursos técnicos na Cidade.

Sabendo que o Governo do Estado pretende asfaltar em média 20 km de rodovias rurais para cada Município paranaense, e sabendo também da importância que os referidos trechos significam para o Município de Jandaia do Sul, os quais sem dúvida alguma, facilitarão o escoamento dos produtos agrícolas dos maiores centros produtores do Município, tornam-se imperiosas a expansão e melhoria do sistema viário, beneficiando assim os produtores rurais e toda a população do referido Município.

Trata-se de uma justa solicitação. Neste sentido, face à exposição de motivos, espera-se que haja o desejado respaldo por parte do Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes.

REQUERIMENTO N° 439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, pleiteando a instalação de um Colégio Agrícola no Município de Ivaiporã no local histórico denominado "Ruínas Jesuíticas Arcangelo", tombado e incorporado ao patrimônio público, conforme Lei n° 33/48, publicado no Diário Oficial n° 266 de 19.01.48.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A região do Vale do Ivaí é uma região essencialmente agrícola.

O atual Colégio Agrícola Manoel Ribas, localizado em Apucarana desde 1960 tem tido sua capacidade esgotada, o que comprova a necessidade de ampliação.

Sindicatos e lideranças daquela Região entendem que a Cidade de Ivaiporã, que já possui sua primeira faculdade, ainda não oferece uma escola que venha ao encontro

da sua vocação.

Existe naquela Região um imóvel tombado pela Lei n° 33/48 de autoria do Poder Executivo, denominada Ruínas Jesuíticas Arcangelo, às margens do Rio Corumbataí, com área de 50 alqueires, que tanto pela sua localização, quanto pelas suas características físicas e pela qualidade da terra, oferece excelentes condições para abrigar escola dessa natureza.

Poder-se-iam adaptar escola de 1° grau, alojamentos, campos de sementes, campos experimentais, galpões, armazéns, mini-hospital veterinário, projeto de irrigação, residências para o corpo discente e docente, etc.

E os benefícios de toda uma região seriam incontáveis.

REQUERIMENTO N° 442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à sua Excelência, o Senhor José Sarney, Presidente da República, solicitando o estudo de soluções alternativas que garantam a manutenção das ações do projeto Rondon em todo o País.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA: O projeto Rondon, instituído em 1968 pelo Decreto n° 62.927, desde a sua implantação trabalha com os segmentos mais pobres da sociedade, desencadeando, apoiando e fortalecendo o processo participativo da comunidade.

Numa ação integrada com a Universidade Brasileira, contribui para a formação da consciência de cidadãos que conheceram e se sensibilizaram à realidade brasileira.

Não apenas os estudantes que participaram do projeto foram beneficiados aperfeiçoando sua formação social, política, educacional e profissional, mas toda a população do território nacional.

O processo de integração desencadeado por esse contato faz com que a classe universitária torne-se mais comprometida e envolvida com as classes populares e conseqüentemente mais comprometida com o processo de transformação da sociedade.

A exclusão da Fundação Rondon do Orçamento da União para 1989 pode representar sua extinção, e com ela importantes ações de organização comunitária e integração nacional.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 289/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - No Art. 20 da Lei n° 7.567,

de 12.01.82, suprima-se a palavra "semestralmente".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta encontra fundamentação, em razão de que tanto o pessoal, quanto os encargos (imposto, luz, telefone, etc.), têm reajustes mensais.

Na forma que vem sendo reajustado o valor de referência de custas, semestralmente, causa enorme defasagem entre receita e despesa, dificultando o cumprimento dos compromissos existentes.

Outros Estados, como Espírito Santo, Paraíba, etc., já adotaram tal sistemática como medida saneadora nesta área.

Tendo em vista tais colocações, conto com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 290/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada de "Esmeralda Moreno de Carvalho" a Escola Estadual localizada no Jardim São Silvestre na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.88.

(a) FERRARI JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

A senhora Esmeralda Moreno de Carvalho, ex-primeira dama do Município de Maringá, implantou obras de grande importância social que permanece à população maringense.

Esta portanto, é uma justa e singela homenagem póstuma a uma figura de vulto que prestou relevantes serviços à comunidade, e que queremos prestar em conjunto com o nobre Edil Antenor Sanches.

É lida e aprovada a Ata. Não havendo expediente a ser lido, passa-se ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para fazer algumas observações a respeito de um artigo que o Jornalista e Procurador Geral do Estado - Osman de Oliveira, no Jornal "O Estado do Paraná" de hoje, 5 de outubro, onde faz algumas observações ao nosso Governador do Estado. E nós que acompanhamos o trabalho do Governador, que assistimos a angústia, a aflição dentro deste momento crítico em que passam todos os governos estaduais, soberanos da República, não po-

deríamos de forma alguma deixar de tecer algumas observações, como é de praxe, a nível de Bancada e a nível de Assembléia, falarmos o que realmente aconteceu com alguns episódios de greve existente neste Estado. Refiro-me à greve dos professores. Quando tudo parecia e evidenciava de uma forma totalmente agressiva, onde a pessoa do governo era colocada como um homem insensível, pela forma soberba, pela forma consciente, inteligente, pertinente que administrou a causa, sem contudo elevar e conduzir a um fato totalmente desastroso.

Em que pese a imprensa por parte de alguns órgãos, em que pese alguns segmentos da comunidade de ter conduzido a greve de uma forma totalmente desvirtuada, ao nosso governo, foi com sucesso, com uma habilidade extraordinária. E aqui vejo o companheiro Osman de Oliveira de uma forma dignificante porque quer me parecer no artigo anterior do qual não tive conhecimento, manifestou-se até certo ponto se colocando do outro lado, como ele mesmo diz aqui, do outro lado da rua, pela forma da sua insensibilidade. Mas ele acaba por admitir que insensibilidade não houve, pelo contrário, naturalmente houve uma austeridade consciente, digna, realmente de um grande Governador. E até certo ponto elogia exaltando a pessoa nobre do administrador, que faz, identifica-se, valoriza-se pela maneira de se conduzir à frente num momento, mesmo prevendo o que poderia, em desagravo, acontecer a ele.

De sorte que, Osman de Oliveira, eu que lhe conheço há muitos anos, e que tive oportunidade de militar junto com o companheiro nas "lides" jornalísticas assistir e aplaudir, e algumas vezes até certo ponto contrariá-lo numa forma veemente com que conduzia a sua opinião.

Hoje, quero somar-me a você e dizer que estou de acordo a parabenizá-lo, assim como parabenizar o Governador e já passado algumas horas, concordo naquilo que você diz muito bem, quando conversa com o grande empresário-jornalístico chamado Paulo Pimentel, que o Governador é um homem de bem, um homem que não guarda e não registra rancor a ninguém, evidentemente. E é o que estamos hoje assistindo: ao Governador retomando a situação, analisa, avalia, para naturalmente, retomar, restaurar, a dignidade que lhe é peculiar ao atendimento necessário. Dentro, naturalmente, das limitações que o Estado pode oferecer.

Razão pela qual ocupo esta tribuna para parabenizá-lo, Osman de Oliveira, pela nobreza, pela dignidade, com que você se houve nesse seu artigo "Autoridade de Governador" - onde você invoca a figura de grande historiador e de grande estadista de grande literatura brasileira e portu-

gissa, enfocando alguns nomes como Camões e Castro Alves. De maneira que, companheiros, eu também me parablenizo, faço minhas as suas palavras, de sua reportagem, para dizer que estou de pleno acordo, e quero parabenizar o Governador pela forma soberba com a qual já tenho conhecimento que já está sendo estudado, de uma forma toda nobre, toda dignificante um reajuste salarial para toda a classe funcional do Estado, inclusive à nossa querida Polícia Militar, o nosso querido sistema de segurança pública.

De sorte que venho parabenizá-lo Osman de Oliveira e parablenizo o Governo do Estado.

Era isto, muito obrigado, e eu me permito subir a esta tribuna para exaltar o ilustre companheiro e quero crer, tenho certeza, em nome de alguns, o pensamento que ainda marca latente, em todos nós, pelos momentos angustiantes, aflitantes que vivemos nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras, povo paranaense. Não é usual o Parlamentar saudar aos senhores e às senhoras, normalmente é a saudação protocolar ao Presidente e aos Parlamentares. E se falei nos senhores, nas senhoras e no povo paranaense, é para dar a dimensão do que pretendo abordar neste Grande Expediente, neste dia 05 de outubro de 1988, dia da "Promulgação da nossa Constituinte"

Já se passam quarenta e tantos anos da última promulgação, daquela Constituição liberal de 1946, daquela reação necessária à redemocratização do mundo da qual o Brasil não poderia se furtar.

Cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, aqui, hoje, neste País todos nós, os Constituintes, o Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal, daqui a pouco estarão fazendo formal e solenemente o juramento à Constituição, e nós paranaenses-brasileiros a faremos também, não formalmente mas selando um compromisso, um pacto, um acordo jurídico que nasceu do debate, de embate, da luta, da divergência, do diálogo. Um processo de Constituinte que a grande maioria dos Parlamentares, quicá, não teve a felicidade de ver em sua vida, um dia de promulgação de uma Constituição elaborada em processo Constituinte.

O ano que vem, 1989, e a França já se prepara para isso, vai comemorar duzentos anos da "Revolução Francesa". E, é oportu-

no, e já fiz referências a isto aqui na tribuna, quando os Direitos do Homem e dos Cidadãos pela primeira vez foram escritos, e que firmavam princípios da supremacia da Lei, igualdade de todos perante às Leis, do direito de representação, a inviolabilidade do lar, a liberdade de expressão o direito de reunião, o direito à propriedade, a separação dos Poderes, a soberania do povo, enfim.

Esse ideário burguês de 1789, no Brasil ainda não aconteceu. Não estou afirmando que estejamos no regime feudal ou num regime semicolonial, mas este ideário de 1789, meu caro Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, já era abordado em um artigo da "Folha de São Paulo", escrito por Emilie V. da Costa. Diz ela: "A reflexão nos leva inevitavelmente a comparações. Enquanto no Brasil, o ideário burguês de 1789 ainda é novidade para a grande maioria da população, nos Estados Unidos, onde apenas as minorias ainda lutam pelas conquistas de seus direitos, essas noções são corriqueiras.

A diferença se explica pela extraordinária capacidade assimilativa que áreas centrais do capitalismo têm relevado até o presente, e a limitação da capacidade do capitalismo periférico. Em outras palavras: a extraordinária acumulação de capital nos Estados Unidos, tornou possível a criação de um mercado de trabalho capaz de absorver a grande maioria da população.

E no Brasil, País capitalista, longe desta realidade que constata Emilie V. Costa, - é no mercado de trocas que as ilusões de mobilidade social se forjam e o mito do "self made men" essencial à sobrevivência dessas noções, se alimenta.

Quando o trabalho é vivido apenas como exploração e mal cobre as necessidades de subsistência do indivíduo, quando a propriedade é sonho inatingível, quando disciplina e esforço são condições normais da existência, que reproduzem apenas a opressão, a monotonia e a privação sem qualquer esperança de que um dia a vida será diferente; quando a educação é irrelevante, porque não leva a lugar nenhum, o ideário burguês se esvai.

Que esse ideário burguês de que fala a nobre socióloga, neste País, a partir de 5 de outubro de 1988, possa ser uma realidade. Que este País possa acumular o seu capital, já que a escolha da Constituinte é pela forma capitalista da economia, pela iniciativa privada, que isso possa acontecer, e tenho razões para dizer isso. Não foi com o sistema monárquico de 1823, nem foi em 1891, muito menos em 34, 37, 46, 67 ou 69 que tivemos uma Constituição tão avançada como a de 1988. Esta sim, esta poderá ser a afirmação de um Brasil novo.

1823 consagrou e implantou o Império

que durou 63 anos. Nos tempos da escravidão, no tempo dos senadores vitalícios, nos tempos em que os Parlamentares eram escolhidos e dependiam de sua renda e de sua ação de capital para sim poderem ser parlamentares, nos tempos em que analfabeto não era considerado ser humano e muito menos o escravo e o negro; tempos de uma Constituinte outorgada, inspirada na Constituição de Luiz XVIII - poucos anos depois da dita "Revolução Francesa". Em 1823, essa Constituição outorgada de D. Pedro I esquecia que há poucos anos houve no Brasil, em 1789, a Rebelião de Tiradentes, os libertários de Minas. Isto passou em branco naquele período constitucional.

O sangue de Tiradentes ainda era quente, no coração de tantos brasileiros oprimidos mas que não foi capaz de sensibilizar aquele momento.

Foi preciso chegarmos em 1891, para eliminarmos a escravidão e para implantarmos a República, renascendo ali um pouco daquele ideário dos Inconfidentes de Minas Gerais.

Foi preciso depois uma Revolução em 1930, para se pensar um pouquinho no Estado Liberal, no Estado da Pré-industrialização, que vinha nas cavalgadas revolucionárias de Getúlio Vargas.

Mas, não foi a Constituição que estipulou alguns direitos trabalhistas na época, nem a Revolução Constitucionalista de 32 de São Paulo e nem a Constituição Polaca de Getúlio que se preocuparam com isto. Foi uma "benesse" e uma doação, do ditador de então, outorgando a Consolidação das Leis do Trabalho. Em 1946 como já disse, a 2.^a Guerra fez com que todos nós, brasileiros, adentrássemos aos ventos novos da democratização do mundo, repelindo o Fascismo e o Nazismo.

Esta Constituição Liberal sim, foi revogada, em 1964, e de 64 a 88, a História está escrita na mente de cada um de nós.

História triste e negra, que fez com que, 1988 neste 5 de outubro, fosse o coramento da luta de tantos brasileiros pela democracia e pela liberdade.

Estamos aí com o Projeto Constitucional. Já abordei em outras situações, os direitos, as novidades desta Constituição.

Hoje, trago uma outra preocupação. Este Projeto Constitucional é bom, mas poderá deixar de sê-lo, se, o atual Congresso Nacional, não legislar complementarmente e com urgência, porque o Projeto faz referência a 155 Remissões a Leis Ordinárias, e enquanto, não se regulamentarem pelas Leis Complementares ou ordinárias, essas 155 remissões, serão 155 referências ao Projeto com Letra morta, não aplicáveis.

Será que não são aplicáveis? É aí que está a grande discussão que se levanta

neste momento, quando o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, começa no seu afã Jurídico de pareceres, iluminado pelas luzes do Planalto e da Presidência da República, pareceres obscurantistas, e um dos quais, já concluído, afirmando, que Mandado de Injunção, depende de regulamentação.

Mandado de Injunção, é o direito de Cidadania, para fazer com que o Supremo Tribunal Federal, ou os tribunais competentes, interpretem a Constituição, na medida que, haja a omissão na sua regulamentação ou a omissão na aplicação do direito nela consagrado.

E, quando, Saulo Ramos, Assessor do Presidente José Sarney afirma que o Mandado de Injunção depende de regulamentação, a conclusão só pode ser uma: se dependermos de regulamentação do Mandado de Injunção, vamos depender da regulamentação do "Habeas Corpus", da regulamentação do Mandado de Segurança Coletivo, da regulamentação da iniciativa popular, do veto popular, dos direitos trabalhistas, dos direitos previdenciários, e ficaremos esperando a regulamentação até quando? Há um golpe contra esta Constituinte que hoje todos prometem jurar. E este golpe nasce exatamente de um executivo que ontem foi à televisão afirmar que vai honrar a Constituição, que até anteontem a conspirou e a criticou e a descumpriu, na medida em que emite decretos dando novo regulamento ao Serviço Nacional de Informações; na medida em que regulamenta e dá novas atribuições ao Conselho de Segurança Nacional, extinto pela Constituinte, sobrevivo pelo parecer da consultoria e pela vontade do Presidente. E a vontade da Constituição, onde fica? Quando emitem decretos dando atribuições à Marinha e ao IBDF para cuidar de Fernando de Noronha, que hoje já não é mais da União, pertence ao Estado de Pernambuco; quando nomeiam duas mil pessoas sem concurso público, sabendo-se que hoje e a partir de hoje, o apadrinhamento político, a fisiologia do emprego daqueles que entram pela porta dos fundos, acabou, porque só os competentes, através de concurso público poderão ter acesso ao serviço público. Estes dois mil não vão precisar disso, na antevéspera da Constituinte se faz uma barbaridade destas! Com o apoio do Presidente da República. Mas, para o exercício da cidadania é preciso a regulamentação.

Senhores Deputados, Senhor Presidente: seria necessário, isto sim, regulamentar o comportamento desse executivo! Seria necessário regulamentar a presença desse executivo neste Congresso, nesta Constituinte, prestando contas destes últimos atos indecentes e indecorosos perante a opinião pública! E principalmente perante

os próprios constituintes.

O Relatório Reservado 1133 traz algumas considerações importantes. Na opinião de líderes peemedebistas na Constituinte (Lê):

..."Existe grave tentativa da direita de desrespeitar a Constituição. Mas, vamos resistir, disse o Deputado Genebaldo Correia, Líder interino do PMDB na Câmara. No mesmo dia em que Saulo Ramos divulgou o Decreto recriando o Conselho de Segurança Nacional, extinto no novo texto. Nestes primeiros quinze dias devemos nos preparar para uma guerra. Realmente, vai ser uma guerra, alertou o Líder do PMDB na Constituinte, Deputado Nelson Jobim".

Continua a reportagem (Lê):

"No Palácio do Planalto, um dos ministros com maior acesso ao gabinete de José Sarney, disse que o objetivo do Governo seria não apenas desacreditar juridicamente o novo texto, mas atingir, também, os novos poderes do Congresso. O Supremo Tribunal passaria a ser o órgão mais importante do País, a partir do dia 06 de outubro". E o é, Senhores Deputados, porque o Supremo vai interpretar esta Constituição. Pelo Mandado de Injunção o Supremo tem função constitucional importante neste momento, mesmo que não haja regulamentação de coisa nenhuma. Quem vai decidir, quem vai interpretar, quem vai dizer quais os direitos que se desdobram do direito maior, que é o Direito Constitucional é só o Supremo Tribunal Federal. E deverá fazê-lo para honrar a sua missão. Não é este o objetivo do Executivo. Mas, é um Ministro do Supremo e a reportagem não diz o nome, mas acatela a sua opinião. (Lê):

"Ninguém vai desmoralizar a Constituição via Supremo, onde a convicção geral do colegiado é fazer cumprir as leis, custe o que custar. O jogo é democrático". Assim esperamos.

Acredito que o Supremo vai fazer o exercício de suas atribuições com independência, com dignidade. Sabem os Senhores Deputados o descrédito que os políticos e a classe política carregam nos ombros, nestes momentos de hoje, sabem os Senhores, quanto foi desacreditada esta Constituinte no seu processo de construção. Esse descrédito poderá ser muito pior e com consequências imprevisíveis se as Leis Complementares e Ordinárias não forem votadas com urgência, porque em 1990 os Deputados, atuais constituintes e nós, estaremos de novo à procura do eleitorado e teremos que nos justificar: "Mas, afinal nesta Constituinte, nesta Constituição até agora não aconteceu nada". E qual será a conclusão deste povo? Não aconteceu por causa de vocês, por omissão de vocês". E esta omissão será fatal se não houver preocupação com a complementação da

Constituição, nós pagaremos um preço muito caro neste momento tão importante, que hoje consagra-se com a promulgação da Nova Constituição.

E vejam como se arma todo este golpe contra um Projeto que tem os seus defeitos mas que tem tantas qualidades, se arma com pareceres de gabinete, em que se condiciona a própria quase vigência da Constituição à regulamentação de Leis Ordinárias. Ordinário é o Parecer, ordinário é o comportamento que se faz em relação a este Projeto que, dolorosamente se criou, ordinariamente se age às claras, como se fosse um golpe preparado para que esta festa de hoje, esta esperança do Brasil novo, se transforme em nebulosas nuvens de descrédito dos políticos, dos Parlamentos, de descrédito da própria Constituição! Ela nasce sob o bojo de um golpe tramado nas hostes do Executivo, no dia da sua Promulgação; ela nasce sob a sombra de decretos-lei e de orientações do Executivo, no sentido que de se adie, de novo, as grandes conquistas que aqui estão escritas.

Querem tirar o pulmão da criança que nasce!

Querem atar as veias desta criança que nasce, não querem que o coração pulse! Não querem que haja o choro da esperança!

Eu falava agora há pouco, a tentativa da direita, esta tentativa da direita das elites, que não conseguiu pelo "lobby" fazer o que pretende, agora no total, no geral, no descrédito do próprio Projeto, no descrédito do próprio trabalho de todos os Constituintes!

O Sr. Nelson Vasconcellos - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nelson Vasconcellos - Meu caro Deputado Nereu Carlos Massignan faço este aparte, para reverenciar a minha homenagem ao Sudoeste do Paraná, principalmente na pessoa de Euclides Scalco. Esse homem que foi baluarte dentro da nossa nova Constituição que hoje está sendo sancionada e promulgada, e dizer a você, Deputado Nereu: o Sudoeste é uma parte do Estado do Paraná politicamente evoluída, porque defendeu realmente as necessidades do povo brasileiro na pessoa de Euclides Scalco, quero homenageá-lo como representante daquela Região.

Era o meu aparte.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Nelson Vasconcellos, que se refere ao ilustre constituinte meu amigo, e seu amigo, Deputado Euclides Scalco, que em certos momen-

tos exerceu a liderança do PMDB na Constituinte. E junto com ele tantos companheiros, não é companheiro Nelson, que fizeram essa caminhada.

Imagino, Deputado Nelson Vasconcellos, como estarão esses Deputados neste momento de festa, e avaliando este comportamento de golpismo, de se adiar aquilo que eles escreveram e assinaram, colocando ali a dignidade de cada parlamentar. Imagino que realmente devem ter uma grande preocupação.

Agradeço ao seu aparte e à referência ao ilustre Líder e companheiro, Deputado Euclides Scalco. As referências ao Sudoeste é bondade de Vossa Excelência, porque ao se referir ao Sudoeste eu teria que devolver os mesmos elogios a Vossa Excelência como um representante digno da região de Umuarama e que tão bem a representa aqui nesta Casa.

Prossigo, meus companheiros, para dizer: ou esta Constituição passa a vigir amanhã na sua plenitude, contra os pareceres e as vontades das elites, ou ela não sobreviverá por muito tempo. Ou, o Congresso Nacional assume esta preocupação de legislar complementarmente com urgência, e se assim não for possível o Supremo Tribunal Federal terá que fazer o exercício da sua função e dar a interpretação constitucional.

Caso contrário, transformar 155 remissões do projeto constitucional em letra morta, é o momento de todos nós refletirmos e pensarmos que na hora em que se promulga a Constituição, no mesmo instante ela começa a morrer. E nós não queremos que ela morra, nós queremos, pelo contrário, que daqui a cinco anos, na sua revisão constitucional ela avance mais ainda, melhore o capítulo da Ordem Econômica, melhore o capítulo da Reforma Agrária, se ampliem as conquistas sociais, mas jamais, jamais como aquela figura da criança que nasce e que tem o coração arrancado, o pulmão trancado e o sangue transformado em pedras de gelo para que nada aconteça de vida, de novo, de digno neste País.

Há "felipes", há "felipes", gostam de fazer os acertos por cima, os acordos pelos parlamentos e está aí o exemplo mais doloroso deste país que foi este acerto da transição que graças a Deus estamos entrando agora e complementaremos este enterro com a eleição presidencial no ano que vem.

Mas, fica provado mais uma vez que esses acertos elitistas são os desacertos do povo.

O Sr. José Rogério - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Nereu Carlos Massignan, Vossa Excelência tem feito uma análise

se do que hoje vai se promulgar, a Lei Maior deste País. A sua preocupação demonstrada, em pontos fundamentais e importantes desta análise, são pontos que nós abraçamos, entendemos perfeitamente porque temos um pensamento de que esta Constituinte realmente foi difícil e o que está, o que resultou dela foi o esforço de uma centena de companheiros, de Constituintes que realmente deveriam estar lá, mas que uma grande maioria desses constituintes que ali estiveram não contribuíram decisivamente para que ela fosse de encontro ao anseio da classe popular, da classe menos favorecida deste País.

Tiveram lutas grandes dentro do Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, tiveram a oposição da direita, a oposição do maior número, dos moderados, do centrão famoso, mas tiveram a oposição também deste Presidente José Sarney que usou todos os instrumentos para que o povo não chegasse a ter uma constituinte livre e soberana, aquilo que ele sempre pensou.

Senhor Deputado do Sudoeste, Vossa Excelência, como Constituinte Estadual, será sem dúvida um companheiro para que juntos possamos lutar dentro da Assembleia Estadual, a constituinte, da mesma forma que o seu companheiro Euclides Scalco, lutou lá na Assembleia Nacional Constituinte.

Queremos este exemplo do Companheiro do Sudoeste e de todos os constituintes avançados que lutaram pelas propostas de avanços populares.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Obrigado, nobre companheiro, Deputado José Rogério de Carvalho. Evidentemente a sua contribuição como Constituinte Estadual, será tão valiosa quanto a do próprio Deputado Euclides Scalco, pela sua capacidade e sua competência.

Senhor Presidente, 1 minuto para encerrar. O Presidente Tancredo Neves morreu de uma doença que o atacou, e que os médicos usam o termo técnico, septicemia.

Façamos com que os direitos Constitucionais, hoje honrados por todos, sejam cumpridos, ou pela legislação complementar que deve ser votada com urgência, ou via mandado de injunção pela interpretação do Supremo Tribunal Federal, sob pena de se não agirmos, estaremos hoje colocando neste projeto, o vírus, que vai transformar este projeto Constitucional, numa doença grave e numa septicemia, que vai fazer com que este projeto morra e tenhamos neste País, antes do século XXI, grandes turbulências, novamente. Este é o projeto dos conservadores e das elites, mas este não deve ser o projeto do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Horário das lideranças. Com a palavra a representação do PMDB. Nobre Deputado Nestor Baptista com a palavra, 7 minutos e 30 segundos.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu serei breve, apenas para colocar aqui alguns dados que parecem importante à Bancada do PMDB, e entendo perfeitamente a preocupação do Líder do PFL, por exemplo, o Deputado Basílio Zanusso, como entendo também a preocupação do Deputado Pedro Tonelli, em saber porque é que o Paraná hoje, está à procura de mais 240 milhões de dólares, para fazer face às suas necessidades.

O Deputado Basílio Zanusso, que nós já conhecemos a três mandatos, temos uma admiração profunda pelo seu trabalho aqui nesta Casa, desde a época que foi o 1º Secretário e Deputado da Situação, hoje Deputado do PFL.

Ontem o Deputado dizia que ninguém sabe a dívida do Paraná, que ninguém conhece a atual dívida do Estado do Paraná. Posso dizer e poderia ter respondido ontem mas preferi fazê-lo hoje, para inclusive ter maiores subsídios, ter melhores condições, até para debater a matéria se necessário for. Em números, posso afirmar que a dívida interna do Estado do Paraná hoje, é de 415 milhões de dólares, e a dívida externa é de 548 milhões de dólares e não de 3 bilhões de dólares, como foi afirmado pelo nobre Deputado Pedro Tonelli, um total, portanto hoje, de 963 milhões de dólares, digo melhor. Esta dívida, Senhor Presidente, está distribuída para vencimento até o ano de 2.017, e se estiverem incluídos os encargos de todos os anos futuros, a dívida chegará a 1 bilhão 407 milhões de dólares, portanto, muito aquém do que foi especulado, do que aqui foi comentado, ainda na tarde de ontem. Repito, a dívida de hoje, é inferior ao próprio orçamento, que chega próximo ao orçamento do Estado, portanto, de um bilhão de dólares. Uma dívida externa tomada junto ao Banco Mundial ao BID e a bancos privados para financiar basicamente programas de infra-estrutura, estradas, investimentos e gastos sociais, saneamento, educação, saúde, inclusive o PRAM muitas vezes solicitado, reivindicado, requisitado, porque não, por Deputados até das Bancadas de Oposição. A dívida interna tomada junto à Caixa Econômica Federal para o cumprimento de programas sociais e também junto ao BNDES, programas sociais e programas de infra-estrutura.

Da dívida interna acima de 415 milhões de dólares, portanto, que já falei há pouco, 240 milhões de dólares devemos ao Banco do Brasil pela rolagem da dívida externa.

Nos nove primeiros meses de 1988 o Tesouro fez novos contratos e empréstimos no valor de 78 milhões de dólares e pagou empréstimos no valor de 87 milhões de dólares, frisando-se, empréstimos contraídos inclusive em governos anteriores a 1983, em governos anteriores ao Governo do PMDB. Portanto o Estado do Paraná pagou mais do que emprestou em 1988 até o dia 30 de setembro deste ano.

Estes valores estão sendo destacados em dólares mas podemos facilmente, multiplicando por 360, transformá-los em cruzados.

Só para informação aos Senhores Deputados, em 1988, de janeiro a dezembro, vencem do Estado, 111 milhões de dólares da dívida externa dos quais o Estado está pagando 25%, ou seja vinte e sete milhões e meio de dólares, e voltamos a insistir, dívidas contraídas antes do Governo do PMDB de 1983. O Estado do Paraná está absolutamente em dia com os pagamentos junto ao BNDES, à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil. Não somos inadimplentes em nenhuma dívida, ao contrário, o Estado do Paraná tem cumprido sistematicamente com seus compromissos. No ano de 1989 o Estado do Paraná terá vencimentos de 436 milhões de dólares de dívidas feitas no passado, dos quais 295 milhões são do Banco do Brasil referente a rolagem da dívida externa dos últimos cinco anos. Esses 295 milhões do Banco do Brasil o Estado está trabalhando para a rolagem de 100%, por um motivo simples, a partir de hoje estaremos vivendo sob a égide de uma nova Constituição, sob a égide de uma reforma tributária, e dentro deste quadro não devemos também esquecer que o Estado do Paraná tem aplicado hoje quase quarenta trilhões em rodovias todas elas de obrigação, de construção, de manutenção do Governo Federal, e que o Estado do Paraná, para dar atendimento à sua população, para dar atendimento ao seu produtor, para dar atendimento ao seu transportador antecipou esses pagamentos.

Vale também esclarecer que o Estado do Paraná tem um orçamento anual próximo a um bilhão de dólares e que pelos valores contratados sua dívida perfaz, como disse há pouco, 963 milhões de dólares, portanto, equivalente à receita de um exercício diferente de todos os demais Estados brasileiros. Se no ano de 1989, conseguirmos, ou seja, o Estado do Paraná conseguir rolar toda a dívida com o Banco do Brasil, o saldo do serviço da dívida que o Estado terá que desembolsar será de 141 milhões de dólares, ou seja 436 milhões menos 295 milhões de dólares. O que o Estado do Paraná está buscando é uma forma de conseguir o mínimo de investimento fazendo com que os recursos despendidos do pagamento

de dívidas passadas sejam refinanciadas com linhas de juros compatíveis com a estrutura pública. Em cruzados nosso orçamento para 89 está em 313 bilhões; esse é o orçamento programa do ano de 1989, que não pode ser confundido com o orçamento plurianual de investimentos, tão comentado, tão destacado, ainda na sessão de ontem, e, em sessões anteriores.

O Estado do Paraná investiu em estradas federais, no próprio Estado, em torno de 265 milhões de dólares, que a rigor, a União deveria nos reembolsar, porque são estradas Federais. Repito, ao Deputado Líder do PFL, nobre Deputado Basílio Zanusso, ao Deputado Líder do PT, o nobre Deputado Pedro Tonelli, que são 265 milhões de dólares, que o Governo Federal nos deve; um compromisso que o Governo Federal tem que saldar com o governo do Estado do Paraná;

Em agosto, nobres Deputados, o Paraná arrecadou 16 bilhões de cruzados, mais receitas, em torno de 4 bilhões de cruzados, numa soma de 20 bilhões de cruzados, enquanto que o gasto apenas com o pessoal, em agosto, sem os reajustes previstos, para setembro, foi de 16, 2 bilhões de cruzados, em setembro, a arrecadação de ICM, chega a 19 bilhões e meio de cruzados, e, a folha de pessoal, a 17,7 bilhões de cruzados.

As receitas e as despesas, portanto, aí estão colocadas. O Estado do Paraná tem que buscar recursos junto aos Bancos Internacionais.

Senhor Presidente, solicito apenas mais um instante, para justificar que, o Estado do Paraná praticamente está empataando hoje, na sua arrecadação com a folha de pessoal. Eu sei que o prôprio, eu sei que os 240 milhões de dólares, hoje, buscados pelo governo do Estado do Paraná, não são para atender o Município de Curitiba, não são para atender o asfalto de Curitiba, o asfalto de Ponta Grossa, ou o asfalto da cidade de Londrina, ou de Cascavel, mas são basicamente para atender às regiões mais carentes do Estado do Paraná, do Sudoeste, do Deputado José Rogério, do Deputado Pedro Tonelli, do Norte, do Noroeste, do Deputado Basílio Zanusso; enfim, dos 54 Deputados que aqui representam o Estado do Paraná. São recursos buscados para atender basicamente aqueles que mais necessitam no Paraná; os pequenos produtores, os médios produtores, aqueles que necessitam colocar a sua mercadoria no mercado, para que a população possa consumir. O Estado do Paraná não está ultrapassando em nada aquilo que pode; ao contrário, é o único Estado da Federação, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que tem condições de pleitear recursos no Exterior, e são ainda, por incrível que pareça, os recursos

externos, os recursos mais baratos. E o Paraná tem toda a capacidade; por isso, que hoje volto a esta tribuna, para colocar aos Deputados que ontem aqui questionaram o Governo do Estado, a necessidade destes recursos, de 240 milhões de dólares; e também, para tocar a sensibilidade de Deputados preocupados com as populações mais carentes do nosso Paraná. Tenho acompanhado aqui, a preocupação do Deputado e Líder Petista, Pedro Tonelli; tenho notado a preocupação do Deputado Basílio Zanusso, como disse há pouco, mas, tenho também tido uma preocupação especial, ao lado dos 37 Deputados do PMDB, que querem ver o bem deste Estado do Paraná.

Portanto, o que faz hoje o Governador Álvaro Dias, não é nada para o engrandecimento do seu programa de governo, para a Bancada do PMDB, ou do Programa do PMDB. O Governador Álvaro Dias vai buscar recursos no Exterior, para atender nove milhões de paranaenses, que precisam deste governo moralizador, deste governo sério, e, acima de tudo precisam deste Legislativo cumprindo com o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra a Representação do PDS.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra a Representação do PDC.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra a Representação do PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De alguma coisa valeu o nosso pronunciamento, ontem, e as manifestações daqueles que nos apartearam a cerca do Projeto de iniciativa do Senhor Governador que solicita autorização desta Casa para contrair 240 milhões de dólares para implementação do Programa PARANÁ RURAL, pois, veio à tribuna o Ilustre Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, com algumas informações, com alguns dados, e eu considero os números que o Senhor Deputado acabou de dizer e pronunciar nesta tribuna, como informações oficiais. E estes números vão constar nos anais da Casa para, se for o caso, oportunamente, conferi-los. Mas, nós antecipadamente, agradecemos a atenção do Deputado Nestor Baptista e do próprio Palácio, encaminhando essas informações a cerca do indviduamento do Estado.

O Deputado falou que o endividamento soma com os encargos, os valores de um bilhão e 400 milhões aproximadamente. Mas, não me detive nesse aspecto, ontem, a minha preocupação maior é, evidente, que também nos preocupa a todos, como pagar

esta dívida que aumenta a cada ano, porque o que desvalorizou, o que depreciou foi o cruzeiro e agora o cruzado, mas, o dólar não! E nós estamos aumentando as nossas dívidas em dólar a cada ano que passa e a cada projeto que se apresenta no Paraná, nenhum deles até agora, de repercussão maior, foi sustentado na economia do Estado, senão na base do dólar.

Tirando o aspecto desta preocupação do pagamento da dívida e do que cresce, nós, nos interrogamos como serão aplicados 240 milhões de dólares. No Programa diz que o Estado do Paraná é quem vai obter o empréstimo, e dispõe também o Programa que a sua execução é pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Ora, é um Programa que abrange todo o Governo do Estado, como disse o próprio Líder do Governo, ele é um Programa de Governo, ele é mais que PARANÁ RURAL, como disse ontem, é um Paraná Total. Ele é muito mais importante que o orçamento que esta Casa vai receber ou está recebendo para distribuir aos Senhores Deputados. Nós não podemos comparar 240 milhões de dólares com o saldo líquido que resulta da arrecadação do Estado de seu orçamento e sua despesa, porque somente a despesa com seu funcionalismo público absorve a receita do ICM.

Não se pode fazer esta comparação, da receita de um orçamento, de um exercício inteiro, com 240 milhões de dólares. Nossa preocupação maior são as áreas a serem atendidas e quando serão atendidas, será que a preocupação é o apoio ao produtor rural? Orientando e dando-lhe assistência técnica como produzir melhor e mais. Não sei e por coincidência, Senhores Deputados, até feliz coincidência, o "Jornal de Apucarana", de grande tiragem, anuncia o Senhor Governador inaugurando 12 quilômetros da primeira rodovia rural do Paraná. a primeira rodovia rural do Paraná, acaba de ser inaugurada festivamente pelo Senhor Governador, no Município de Apucarana.

Mas, nós estamos votando o projeto hoje, em 3. Discussão, a Assembléia não aprovou e o Jornal de grande circulação diz que é a primeira rodovia rural. Congratulo-me com Apucarana, à sua Região, e o seu povo, mas o restante do Paraná também quer ser lembrado. Mas será que no Paraná Rural vai valorizar o trabalhador rural e a conservação do solo, com a pavimentação prévia das estradas definidas pelos Prefeitos Municipais e não pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura?

Segundo o Senhor Governador do Estado, exaustivamente tenho falado, quem define a pavimentação desses trechos de 20 a 30 quilômetros no Município, é a Administração Municipal, não é o Governo do Estado, mas na inauguração, inaugura-se Estrada Rural, cujos recursos estamos discutindo

aqui, hoje.

Portanto, ilustre Líder Nestor Baptista, agradecendo a atenção de Vossa Excelência, a consideração no cumprimento, desincumbindo-se de suas obrigações de Líder, vem dar esclarecimentos à Oposição e até mesmo à sua Bancada, e mais do que a nossa dívida, como pagá-la, preocupa-nos a execução dessas obras, porque o projeto prevê não só 240 milhões de dólares, mas 570 milhões de dólares ao longo do seu curso.

Esta interrogação, e já que se asfalta as estradas cujo projeto está inserido na mensagem do Senhor Governador, porque votar em Regime de Urgência? Não há necessidade dessa matéria ser votada em regime de urgência. Nós já estamos inaugurando as rodovias, algumas delas, as iniciais, as primeiras, porque não ouvir-se as bancadas, inclusive a bancada do PMDB, tenho certeza, não foi ouvida das prioridades sugeridas por Suas Excelências, os Senhores Deputados.

Não entendo a pressa e a urgência. Já repetindo o que falei ontem, são 80 laudas datilografadas que consistem o projeto Paraná Rural com seus dois subprogramas, o primeiro que prevê o apoio ao produtor rural, que me parece não se deve iniciar por pavimentação de estradas, porque não foram estabelecidas as prioridades regionais ainda, já que até se mudou o critério do estabelecimento das microrregiões, que são regiões do Paraná, foram alteradas para oito e depois sete, qual delas será atendida inicialmente?

Esta é a nossa indagação, Senhores Deputados, quer me parecer que as coisas chegaram antes, dois anos do que vi acontecer.

Até porque não existe a lei, me parece que a lei...

(Término do tempo).

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury)- Consulto a representação do PL;

Declina.

Havendo declinado, consulto a representação do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - (L2):

O RISCO DO ENDIVIDAMENTO CRESCENTE

O Brasil acaba de assinar mais um acordo com os credores, buscando empurrar à frente o problema da sua Dívida Externa, que os mais realistas já preferem chamar de "Dívida Eterna". Durante os próximos sete anos vamos pagar apenas os juros da dívida. Quer dizer, temos a garantia de mais sete anos de "vacas magras" apenas para alimentar a fome voraz dos banqueiros

internacionais, que nos impõem juros extorsivos.

O Brasil vai dar continuidade à sua política econômica de incentivo às exportações, em detrimento do mercado interno, cada vez mais castigado pela queda do poder aquisitivo da nossa população. Fazemos um esforço descomunal para exportar, às custas da miséria do nosso povo, como forma de gerar divisas para atender aos encargos dessa dívida injusta e impagável.

Contudo, durante os próximos sete anos nossa dívida tenderá a crescer ainda mais. Quer dizer: não vamos sequer conseguir pagar os juros e novos empréstimos terão que ser feitos, certamente para "honrar" os encargos já contraídos. Somente os encargos da nossa dívida externa já representam algo em torno de 20 bilhões de dólares anuais. Nem o superávit artificial da nossa balança comercial consegue fazer frente a tamanha exaustão de divisas.

Tudo isso serve para desenhar um horizonte sombrio sobre o Brasil. A subserviência do Governo José Sarney, o Governo do PMDB, ao FMI e aos banqueiros internacionais comprometem qualquer perspectiva de solução para a questão da dívida externa. O PT tem um posicionamento muito claro a respeito da questão da dívida externa: defendemos a realização de uma auditoria, com a suspensão do pagamento. Precisamos saber a quem devemos e onde foi aplicado o valor dos empréstimos contraídos. Além do mais, já pagamos essa dívida dez vezes e iremos pagá-la outras tantas vezes. Dados oficiais mostram que só nos últimos anos o Brasil já desembolsou mais de 50 bilhões de dólares para a rolagem da sua dívida externa.

Essa introdução serve para situar a Mensagem n° 103/88 do Governo do Estado solicitando autorização para contrair novo empréstimo externo no valor de 240 milhões de dólares. A longa justificativa do Senhor Governador Álvaro Dias chega a ser comovente, tal é a sua aparente preocupação com a recuperação do solo paranaense, agredido pela ocupação desordenada e pela prática agrícola predatória. O Governador propõe ainda integrar o meio rural aos centros urbanos, através do melhoramento do sistema viário, com o asfaltamento das principais estradas. Temos que reconhecer que se tratam de objetivos nobres.

Contudo, não podemos mergulhar na irresponsabilidade de continuar avaliando empréstimos externos, que fazem crescer assustadoramente o endividamento do Estado e do País. Somos a favor, sim, do atendimento aos pequenos produtores rurais. Somos a favor, sim da continuidade do Projeto Manejo e Conservação do Solo e Água (PMISA), introduzindo pelo nosso companheiro Klaus Germer quando da sua passagem

pela Secretaria de Estado da Agricultura.

Temos feito da defesa dos trabalhadores e dos pequenos produtores rurais uma das principais bandeiras da nossa atuação parlamentar. Em cima disto apresentamos diversos projetos, como o que cria o seguro agrícola, o que obriga o BANESEADO a dar preferência aos pequenos produtores e o que obriga a Secretaria de Estado da Agricultura e suas vinculadas a direcionar prioritariamente suas ações ao atendimento dos pequenos produtores rurais.

Por tudo isso, o PT tem comprovado na prática sua identificação com os trabalhadores rurais e com os pequenos produtores do nosso Estado. Estamos empenhados na melhoria das condições de vida do nosso homem rural. Nosso Estado é eminentemente agrícola e precisamos proteger nossa agricultura. Como a força da nossa agricultura reside no pequeno produtor rural, nada mais justo do que incentivá-lo e atendê-lo através de ações efetivas de governo.

Neste momento insere-se a questão da Reforma Agrária. O pequeno produtor é um agricultor preocupado com a boa produtividade da pequena área que dispõe para cultivar e da qual extrai o seu sustento e o da sua família. Se essa conservação não é feita dentro das técnicas mais modernas de manejo do solo, é porque este agricultor ainda não teve acesso às mesmas. Portanto cabe aos órgãos governamentais propagar esse conhecimento. A implantação da Reforma Agrária, arduamente defendida pelo nosso partido, seria fator de multiplicação das pequenas propriedades e, conseqüentemente, o fortalecimento da nossa agricultura e dinamização do mercado interno, fazendo crescer nossa economia. Contudo, as hostes reacionárias, mas afetas aos fantasmas do anticamionismo exacerbado do que ao racionalismo recomendado por essa proposta de reforma agrária capitalista, têm cerrado fileiras para impedir o avanço do processo. A UDR está aí para comprovar o medievalismo da classe dominante brasileira.

Retomando a questão do empréstimo, acreditamos que o mesmo perde muito do seu caráter "social" quando sabemos que o Governo tem abandonado qualquer compromisso com a Reforma Agrária e tem negado apoio às reivindicações mais elementares dos pequenos produtores. O Governo fala em desenvolver projetos para manter o homem ao meio rural, mas sua política agrícola pouco tem a ver com esse discurso.

Queremos o desenvolvimento do meio rural, mas consideramos muito perigoso buscar o mesmo às custas de mais endividamento externo. Sabemos das promessas feitas pelo Governador Álvaro Dias em suas viagens pelo interior, principalmente neste ano eleitoral. Haja recursos, haja dólares

para pagar todos os quilômetros de asfalto ~~montados~~! O Governo assanhou as aspirações das comunidades rurais, que desejam com justiça ser beneficiadas pelo progresso. Contudo, responsabilidade maior agora é a de cumprir essas promessas, não dando motivos para novas frustrações.

Para fazer frente às insatisfações dos servidores estaduais, Alvaro Dias tem repetido de forma enfadonha que a situação financeira do Estado é crítica. Mas crítica ficará para seu sucessor, caso continue esse endividamento desvairado.

Se o País não tem condições de promover um desenvolvimento auto-sustentado, também não pode continuar contraindo empréstimos desmedidos. Esta prática irresponsável levada à exaustão durante o período militar é responsável pela situação que aí está: uma dívida externa que se aproxima de 120 bilhões de dólares.

Desenvolvimento planejado se faz com a aplicação dos escassos recursos em obras verdadeiramente prioritárias. Não temos conhecimento de nenhum exemplo histórico de nação que tenha impulsionado o seu desenvolvimento através da aplicação de vultosas somas em publicidade governamental, com o único objetivo de proteger a personalidade de seus governantes. No Paraná, assistimos a um esbanjamento sem precedente. O próprio BANESTADO, que deveria reservar seus recursos para atender aos pequenos produtores rurais e microempresários urbanos, tem consumido somas incalculáveis em publicidade. No primeiro semestre, foram 424 milhões de cruzados, ou o equivalente a 55% do seu lucro líquido. Isso sem contar os créditos em liquidação que já somam alguns bilhões de cruzados.

Temos um modelo de política agrícola totalmente irracional. É frustrante observar o descaso com que a nossa agricultura é tratada. E não adianta os interlocutores palacianos dizerem que cabe ao Governo Federal definir a política agrícola. Cabe, sim, ao Governo Federal estabelecer as diretrizes gerais. Contudo, quem dá respaldo ao Governo que aí está?

O Senhor Alvaro Dias tem sido ardoroso defensor do José Sarney e sua turma. Quer dizer, deve concordar com a política agrícola atual.

Por tudo isso, não podemos apoiar esse projeto. Sabemos que esses recursos, por maiores que sejam, não resolverão os problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais. Sem substituir o modelo que aí está, não há meias-medidas. É preciso coragem para investir contra a política agrícola perversa que vigora no Brasil. O endividamento externo já provou que não é o melhor caminho. Basta ver o acordo que acaba de ser firmado pelo Mailson.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Kury) - Com a palavra a representação do PTE, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A partir do dia 1º deste mês, milhares de pessoas estão ameaçadas neste País de punição, pelo fato de estarem trabalhando. Muitos deles estão trabalhando desde criança na sua profissão e vivem, na maioria das vezes, em condições precárias, lutando para sustentar suas famílias. É mais um absurdo do Presidente José Sarney.

A partir do dia 1º deste mês, os pescadores estão proibidos de trabalhar. Uma decisão que envolve todos os pescadores deste País, de um extremo ao outro, desde o pescador de lambari, no Rio Barigui, ao pescador de peixe-boi, no Amazonas.

O Presidente sancionou, com os olhos fechados, como é de seu costume, a Lei nº 7.653 do Senador José Fragelli que entre o sonho de se investir na condição de salvador do meio ambiente brasileiro e numa "canetada" só tentou salvar todos os peixes do País, sob a alegação de que é o período da piracema, tempo em que determinadas espécies sobem os rios para desova.

Seria salutar se o Governo adotasse medidas sérias para evitar a pesca predatória, se o Governo evitasse que barcos pesqueiros adentrassem com arrastões, por exemplo, nas baías paranaenses e destruíssem toneladas de pequenos peixes e crustáceos que não chegam a ser industrializados. O Governo tomaria medidas sérias se evitasse o comprometimento das águas dos rios e do nosso litoral com produtos agrotóxicos e industriais, inclusive com mercúrio, causando danos não só para os peixes, mas para a própria população brasileira.

Qualquer pessoa que tenha conhecimento rudimentar sobre peixes sabe perfeitamente que poucos deles se reproduzem através de regime de piracema. É o caso do Dourado, no Rio Paraná e que agora está ameaçado com o repesamento, com a Barragem de Itaipu.

A proibição da pesca não vai influir em nada na sobrevivência da espécie naquele trecho do rio. O Governo Federal não deve estar sabendo disso, como também não sabe que os peixes em reservatórios das hidrelétricas ou dos açudes não se enquadram neste caso. Se o Governo tivesse seriedade, poderia determinar locais pré-determinados para valer a proibição, como existe nos países desenvolvidos. Caso o Governo tivesse intenção em proteger a nossa ictiofauna, instalaria centros de piscicultura para o repovoamento dos rios e centros de carcinicultura, para repovoamento das nossas baías com camarão.

O Governo brasileiro com a potencialidade dos recursos hídricos que tem, poderia tornar o País o grande esportador de pescados e investir pequenos recursos, ao se comparar com o que gasta em produtos que trazem poucos resultados.

Entretanto o Governo, através da assinatura de um ato, deixa um milhão de famílias de pescadores neste País, sem condições de sobrevivência.

Todos sabemos que a maior parte dos pescadores são artesanais, sobrevivem com o que ganham dia-a-dia. Como é que eles poderão sobreviver durante quatro meses sem trabalhar? Ou então, o Governo pensa que eles, num passe de mágica, mudarão de emprego e se readaptarão do dia para a noite, a outra profissão, justamente aí é que está a questão fundamental da Nova República.

As leis são irreais, e o problema social, tudo pelo social, é visto com desprezo, ou então, como justificar o ato insano, de um Governo que vai criar tanto drama neste País.

Senhores Deputados, o lógico, seria um estudo detalhado, regionalizado com bom senso. Recordo ainda, quando há alguns anos o Governo do Paraná procurava alternativas para melhorar a condição de vida dos nossos pescadores, e aumentar a produção na Baía de Paranaguá.

Primeiro se fez um cadastramento do número, de quanto ganhavam, e onde moravam os pescadores daquela região, depois elaborou-se um programa para pagar a todos os Pescadores, uma indenização durante o período da pesca, a fim de que eles pudessem sobreviver com suas famílias.

O programa não sei porque, não foi colocado em prática, não sei se foi decisão política, isto eu não sei.

Como também, em outro período se procurou solução alternativa com a implantação de estação de carcinicultura, ou seja, pós larvas de camarão, para repovoar a baía de Paranaguá, e conseqüentemente com isto se aumentaria a quantidade de peixes e principalmente a produção dos nossos pescadores.

A medida também não foi adotada, mas merece ser reativada pelo atual Governo do Paraná, e se fazer uma nova avaliação. Mas serve como exemplo, de que as coisas precisam ser feitas com seriedade, e primeiramente se colocar como prioridade o bem-estar do homem.

É desumano o Governo José Sarney, promover o desemprego em massa, sem qualquer alternativa de sobrevivência e ao contrário, ameaçar até com punições e com prisão.

Os pescadores que têm filhos, os pais de família, os responsáveis que sempre cumpriram com os seus compromissos, os que

compraram seus barcos e precisam pagar a prestação, o homem honrado que tem a conta no armazém para pagar, para poder continuar comprando alimentos para os seus filhos, certamente não vai cumprir com este ato inominável do Presidente José Sarney. Quem ~~des~~cumprir com tal ato, não estará apelando para a desobediência civil, pois o Governo é que está descumprindo com a sua missão de seguir a vontade do povo, e o povo já está humilde demais e humilhado ao extremo, querendo apenas ter como sobreviver, como comer, e o Governo nega até isto, para um milhão de brasileiros que vivem da pesca, e milhares deles são aqui do Paraná, nas barrancas do Rio Paraná, em Itaipu, aqui perto em Matinhos, em Antonina, em Paranaguá, Guaraqueçaba, Senhor Presidente, requeiro que cópia deste pronunciamento, uma vez aprovado pela Casa, seja enviado para o Presidente da República, e para o Presidente do Senado, em nome deste Poder Legislativo, que recupera depois de muitos anos, as suas prerrogativas de poder falar mais alto em nome do povo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor a C.P.I. da Educação sobre o Projeto P.I.C. à Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 262/88. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

EM VOTAÇÃO

3. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 262/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 103/88), que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito externo até o valor de US\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da

América do Norte), para implementação do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná- PARANÁ RURAL. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 232/87, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n° 68/88, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SUCEAM - ASSUCEAM, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 87/88, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que doa ao Município de Nova Esperança um prédio em alvenaria, constituído pelos lotes n° 7, 8, 9 e 10 da Quadra I-9, com área de 13.170 m., conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3° Tabelião de Notas, Livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Emenda: Aprovada. Projeto: Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 98/88, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE ASSISTÊNCIA AO JOVEM, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Está impossível de compreendermos a leitura. Solicitamos uma expressão mais fácil de se ouvir, para se compreender o que está sendo votado. Não entendemos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência deve estar acompanhando pela Ordem do Dia.

O SR. PEDRO TONELLI - Qual é o item que está sendo votado, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 141/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 74/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goioerê os lotes de terreno sob n° 05, 06 12 e 13, da quadra 63, da Planta Geral da sede daquela municipalidade, objeto da transcrição n° 2.785, livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 143/88, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Creche LAR SÃO JOSÉ, com sede e foro em Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 163/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Ernesto Benedito Nogueira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 167/88, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que denomina de EUDES BRANDÃO, o Edifício sede da Escola de Polícia da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)- Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto n° 167/88, queiram levantar-se. REJEITADO.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 207/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 78/88), que objetiva acrescentar um novo parágrafo ao art. 1°, da Lei n° 8679, de 22.12.87, que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta de imóveis com o Município de Londrina, objetivando ensejar condições no sentido da construção de um Distrito Policial, Sede Administrativa, Carceragem, Instituto Médico Legal, Setor de Identificação e demais serviços correlatos, na sede do referido Município.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 07/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que dispõe Legislação Específica sobre o controle de Poluição de pequenas bacias mananciais destinadas ao abastecimento de água potável às populações urbanas. Aprovado. (Publ. no DA. N° 03, de 02.03.88).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 263/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a isentar da contribuição do IPE (Instituto de Previdência do Estado), os servidores inativos filiados ao Instituto com mais de 70 (setenta) anos de idade. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CRH e CSP, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n° 111 de 07.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 263/87

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Antônio Annibelli, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a isentar da contribuição do IPE os setuagenários filiados a este Instituto.

Como se pode notar na própria justificativa, a medida é revestida de indiscutível mérito, pois visa fazer justiça social.

Estudando-se o art. 25 da Constituição Estadual, entender-se-ia ser a matéria contida no projeto de lei em questão de competência personal do Chefe do Poder Executivo. Contudo, pela Súmula n° 5 do Supremo Tribunal Federal, que cita: "A sanção do Projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo." Já é entendimento majoritário confirmado pela abundância de precedentes de relevante questão social (tal como a matéria em tela o é), que a sanção governamental sana o eventual vício de origem. Além de tornar-se mister salientar que o referido Projeto de Lei é meramente autorizatório.

Portanto, não há sob este aspecto, óbice impeditivo.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
ERONDI SILVÉRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 263/87

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, visa obter, do Poder Executivo, a isenção da

contribuição ao IPE, devida pelos seus filiados inativos, com mais de 70 (setenta) anos de idade.

Manifestando-se a respeito da matéria, a Douta Comissão de Constituição e Justiça reconhece, preliminarmente, ser o projeto da competência do Poder Executivo. Todavia, invocando a Súmula n° 5 do Supremo Tribunal Federal, postula que com a sanção governamental, o seu vício de origem desaparece, fica sanado.

No que compete a esta Comissão de Finanças e tendo em vista o pronunciamento daquela Comissão de Justiça sobre os parâmetros legais de sua propositura, tendo em vista, ainda, o seu alto alcance social, atingindo uma grande parcela de filiados inativos daquele órgão, somos favorável a sua aprovação, merecendo normal tramitação nesta Casa de Leis.

Por isto mesmo, somos pelo parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N° 263/87

PARECER:

De autoria do Ilustre Deputado Antônio Annibelli, o projeto de lei em tela autoriza o Poder Executivo a isentar da contribuição do IPE (Instituto de Previdência do Estado), os servidores inativos filiados ao Instituto com mais de 70 (setenta) anos de idade.

Analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma entendeu que a medida reveste-se de indiscutível mérito, além do que virá a fazer justiça social.

No plano constitucional a Comissão supra citada verificou que a matéria apresenta vício de iniciativa, pois é da competência do Poder Executivo a iniciativa. Mas invocada a Súmula n° 5 do STF, o vício de origem fica sanado; desaparece, deixando de existir óbice sob o aspecto constitucional.

No que cabe à Comissão de Finanças apreciar, está vem a seguir o pronunciamento da Comissão de Justiça, sendo pois, favoravelmente ao projeto em questão, vindo pois a merecer tramitação normal por esta Colenda Casa.

De conformidade com o Regimento Interno, esta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar, entende que a presente proposta merece total apoio e assim sendo deve seguir normalmente pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente

JOSÉ ROGÉRIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 263/87

PARECER:

A vista da Comissão de Saúde Pública, o Projeto de Lei n° 263/87, de autoria do Deputado Antônio Amibelli, após sua tramitação pela Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e de Recursos Humanos, com os respectivos pareceres favoráveis, o mérito de isentar os servidores inativos com mais de 70 anos de idade, da contribuição do IPE, se reveste de caráter eminentemente social.

Como entendemos que a saúde da população é determinada pela sua qualidade de vida (condições de alimentação, moradia, transporte, educação, lazer, etc...), louvamos a iniciativa do projeto com parecer favorável a sua Aprovação pelo Plenário desta Assembleia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.88.

(aa) LAURO LOBO ALCANTARA - Presidente

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 165/88, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que denomina "Rodovia do Alcool", o trecho da Estrada PR 457, compreendido entre os Municípios de São Pedro do Ivaí e Itambê. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e COPFC, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. n° 55, de 08.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 165/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Antônio Costenaro Neto, vem o presente plano de lei denominar de "Rodovia do Alcool", o trecho da Estrada PR 457, compreendido entre os Municípios de São Pedro do Ivaí e Itambê.

Analisando o projeto, verificamos tratar-se de matéria que atende plenamente os preceitos legais e constitucionais que regem o assunto.

Assim sendo, a presente iniciativa recebe parecer favorável desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 165/88

PARECER:

De autoria do nobre Parlamentar Antônio Costenaro Neto, o presente plano de

Lei, visa denominar "Rodovia do Alcool", o trecho da Estrada PR 457, compreendido entre os Municípios de São Pedro do Ivaí e Itambê.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a proposição, posicionou-se pelo parecer favorável, por entender estar de acordo com os termos do Regimento Interno e com as atuais normas vigentes.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme lhe faculta o artigo 53 do Regimento Interno, compartilha com o entendimento da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.88.

(aa) ACYR MEZZADRI - Presidente

JOSÉ FELINTO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 165/88. - Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 165/88.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 64/88 (Mensagem n° 60/88 ex-Proposição n° 63/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 07.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da Erosão Urbana. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 65/88 (Mensagem n° 77/88 ex-Proposição n° 75/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 06.05.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e o Município de Guaratuba, objetivando a execução de Obras e Serviços destinados ao controle da Erosão no referido Município. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 432, de autoria do Sr. Deputado Antônio Amibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 433, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 434, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 455, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 469, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 435, de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli, Ezequias Losso e Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 436, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 437, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 438, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 439, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 440, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 441, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 480, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 468, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 442, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 445, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 448, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 452, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 458, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 459, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 460, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 461, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 463, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 464, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 465, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 467, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 471, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 481, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 472, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 475, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 477, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 478, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 320, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu re-

queiro verificação de votação.

mental, com a seguinte

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Três senhores Deputados aprovam. Os senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Quinze dos senhores Deputados rejeitam.

Não há quórum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regi-

ORDEM DO DIA

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 87/88

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 48/87

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 263/87 e dos Projetos de Resolução n°s 64/88 e 65/88

Levanta-se a sessão.